



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DA ESTAGNAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Alessandra Almeida e Silva⁵
(UFRB)

David Romão Teixeira⁶
(UFRB)

RESUMO

A luta pela reforma agrária é a questão central do surgimento e do significado da existência do MST, neste processo novas lutas são incorporadas ao longo dos anos, mas todas são expressão das necessidades que a luta impõe. Neste contexto a pauta pela educação ganhou força e características específicas. Por isso a importância neste capítulo da discussão sobre a situação da reforma agrária e da educação do campo na última década.

PALAVRAS-CHAVE: Luta pela terra, Reforma Agrária, Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

A REFORMA AGRÁRIA E A PRODUÇÃO ECONÔMICA NO CAMPO BRASILEIRO

A reforma agrária pautada pelo MST se confronta diretamente com a lógica do capital para a produção no campo, a qual provoca um grande êxodo rural, orientado pela produção para exportação, intensificando o uso intensivo de veneno, e a concentração de terra e das riquezas produzidas.

⁵ * Mestranda Mestrado Profissional em Educação do Campo UFRB. alessandramst@gmail.com

^{**} Professor Assistente CFP/UFRB. david_romao@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Destacamos que no Brasil há uma forte tendência em confundir Reforma Agrária com os Programas de assentamentos, de acordo com Stedile, (2012) há uma diferença substancial entre os dois, para o autor a expressão *Reforma Agrária* continua sendo utilizado no Brasil apenas como sinônimo de desapropriação de alguma fazenda e de política de assentamentos rurais.

O MST nasce em meio às lutas pela democratização da terra e da sociedade adotando como ferramenta e estratégia de luta as ocupações de terra. No final da década de 1970 e primeiros anos da década de 1980, os trabalhadores rurais – posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens foram protagonistas assim como os demais grupos nas cidades nos focos de resistência à ditadura militar.

Em 1985, ano seguinte à fundação do MST enquanto Movimento Nacional de luta pela Terra foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que dentre outras ações visava assentar 1,4 milhão de famílias, no entanto, até o ano de 1993, oito anos após a sua aprovação, apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas (MST, 2010, p. 9).

Após mais de 20 anos de Regime militar, nos quais o país amargou as mais cruéis formas de repressão, privando a população de direitos de expressão, de organização e de manifestação sob pena de sofrer as determinações da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional número 5, o famoso e terrível AI-5, o Brasil vivia na década de 1980 a esperança de reabertura política que garantisse o mínimo de liberdade. Como não é de se estranhar, a mudança significativa não ocorreu. Nos governos que se seguiram a situação econômica da maioria da população não foi resolvida. No campo, as contradições eram ainda mais gritantes. O governo de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar significou para os Movimentos Sociais do campo um período de forte repressão. No governo de Fernando Henrique Cardoso, em especial no seu primeiro mandato (1994-1998), houve aumento do êxodo rural, e ainda ocorreram os maiores massacres da história brasileira – O massacre de Corumbiara em 1995 e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996. Foi também nesse governo que foi criada a Medida Provisória (MP) que impedia a vistoria de terras ocupadas, e o Banco da Terra, essas ações visavam desmobilizar e criminalizar



as ações do Movimento de Luta pela terra em especial o MST. Essa década (1990) também é marcada pela acentuada subordinação da agricultura ao mercado internacional.

Em contraponto, durante o governo FHC, foi realizada a Marcha dos Cem Mil, em 1997, em Brasília, reivindicando emprego e Reforma Agrária, denunciando o descaso do Governo para com a sociedade em geral. Além das várias ocupações de terra desencadeadas pelo MST, mesmo em meio às sanções da Medida Provisória.

A REFORMA AGRÁRIA E O GOVERNO DE FRENTE POPULAR: 2002-2012.

O início do século XXI foi um período de grande efervescência e expectativa política, período em que o povo brasileiro elegeu para presidente Luis Inácio Lula da Silva, operário, líder sindical, integrante do Partido dos Trabalhadores, partido este que teve uma construção histórica, por aqueles e aquelas que acreditavam e defendiam mudanças radicais nas bases econômicas, sociais e políticas do país.

Muitas expectativas foram criadas em torno desse governo, dentre elas a de que finalmente aconteceria a Reforma Agrária. Contraditoriamente, nesse período houve avanço significativo do agronegócio com recursos públicos, poucos assentamentos foram implantados de fato, o que demonstra claramente que a promessa de fazer a Reforma agrária, na campanha eleitoral não foi cumprida “a Reforma Agrária do Governo Lula incorporou a regularização como componente principal, enquanto milhares de famílias permaneceram acampadas” (FERNANDES, 2012).

A concentração da terra e da renda, os níveis de pobreza e de miséria da maioria da população fazem parte de dados alarmantes, reconhecidos inclusive por organismos que estão a serviço do grande capital. O Brasil é um dos países com maior concentração de renda, bate recorde nos níveis de desigualdade social, uma realidade que contrasta com as falácias de desenvolvimento, sempre atrelada ao crescimento econômico. O Brasil pode até ter crescido economicamente, no entanto, esse crescimento não significou melhoria de vida dos brasileiros.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Em 2000 o MST realizou seu 4º Congresso Nacional com o lema – REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO, denunciando as políticas neoliberais do governo tucano e acusando-o de promover privatizações, desnacionalizações e sucateamento da estrutura do Estado, além de seu caráter conservador e repressor contra a classe trabalhadora, prova dessa repressão foram os dois massacres já citados anteriormente contra trabalhadores Sem Terra em Rondônia e no Pará nos anos de 1995 e 1996 respectivamente. Nesse Congresso foram apontados vários desafios para a luta dos e das sem terra, a saber:

1. Enfrentamento com o Modelo Neoliberal;
2. Fortalecimento e ampliação da política de relações internacionais com a CLOC – Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas e da Via Campesina;
3. Elaboração teórica, junto com outras forças sociais em torno de um projeto popular de desenvolvimento para o país;
4. Enfrentamento com o projeto das elites para a agricultura (MST, 2000.).

No balanço de fim de ano de 2011, o MST avalia como positiva sua luta, mas reconhece a ofensiva do capital e a necessidade de unir forças com os demais setores da sociedade. O movimento aponta ainda a pouca iniciativa política do governo federal e a ofensiva do capital como fatores que impedem o avanço da Reforma Agrária. O atual governo da Presidenta Dilma optou por dar continuidade à política que investe no agronegócio como modelo de desenvolvimento agrário, quanto a isso nos alerta

Temos que abrir os olhos da população brasileira que o modelo de desenvolvimento do agronegócio, baseado no latifúndio, na exportação, na exclusão social, no envenenamento da natureza e na destruição das florestas não poderá acabar com a pobreza no campo, pois é a própria raiz do problema (MST, 2012).

Ramos Filho (2011) diz que na atualidade, as ações do Estado Brasileiro “blinda o agronegócio de qualquer crítica”, colocando-o como motor do desenvolvimento



nacional. As consequências dessa política de desenvolvimento são desastrosas para a classe trabalhadora como analisa o autor

A grande propriedade produz a exclusão multidimensional pela concentração de terras, forjando as bases para que os proprietários concentrem outras dimensões como: poder econômico e político, o conhecimento e a tecnologia, e exerçam a influência sobre o judiciário, governos e políticas públicas de acordo com seus interesses de classe, além de exercerem impune e diretamente diferentes formas de violência contra os trabalhadores ou, também, propagarem a violência institucional através do Estado (RAMOS FILHO, 2011, p. 12).

Essa blindagem, nas palavras do autor, é possibilitada pelo modo de distribuição de terras no país e por meio das políticas públicas, além do mito de que o Agronegócio é a saída para o combate a pobreza e a fome. A controvérsia pode ser provada por dados estatísticos do próprio censo agropecuário de 2006 que prova que diferente do que vem sendo propagado, a agricultura camponesa é quem de fato produz os alimentos presentes na mesa dos brasileiros como destaca Ramos Filho (2011): *“o seguimento camponês gera 74, 4% dos empregos no campo, 38% do valor bruto da produção agropecuária e ainda produz os alimentos que compõe a mesa dos brasileiros”*.

Outra ação do Estado benéfica à blindagem do agronegócio é a “drenagem de dinheiro sobre forma de créditos, incentivos e isenções fiscais e tributárias” (RAMOS FILHO, 2011, p.13). Os investimentos do governo no ramo do agronegócio e o investimento na agricultura familiar camponesa são provas concretas das disparidades entre a prioridade do governo, que deixa claro a opção de atender os interesses do grande capital. Nos anos de 2007 a 2012, de acordo com os dados do MDA e do MAPA⁷, foram programados R\$ 492,7 bilhões de reais para a agricultura brasileira, desse total, R\$ 422,7 bilhões foram destinados ao agronegócio, enquanto apenas R\$ 72 bilhões de reais financiaram a agricultura camponesa (RAMOS FILHO, 2011).

⁷ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Segundo Ramos Filho (2011), existem duas formas de pensamentos que analisam o campo, um é o Paradigma da Questão Agrária e o outro é o Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA. Este último tem o agronegócio como saída para o desenvolvimento, o que para Ramos Filho significa subordinação do campesinato ao capital.

O PCA defende que a prosperidade da agricultura capitalista perpassa a expansão da agricultura capitalista de larga escala integrada no mercado globalizado. Neste cenário, busca-se o esvaziamento político do conceito de campesinato e construção do conceito agricultor familiar como um estágio evolutivo superior [...] Este paradigma defende a especialização da produção em determinados sistemas agrários e a diferenciação dos agricultores como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário. De maneira que aquele sujeito, que não obtiver o sucesso no seu empreendimento, é o próprio culpado e sua pobreza deve ser resolvida com políticas de transferência de renda emanadas do Estado ou mediante à venda da força de trabalho. (RAMOS FILHO, 2011 p. 5).

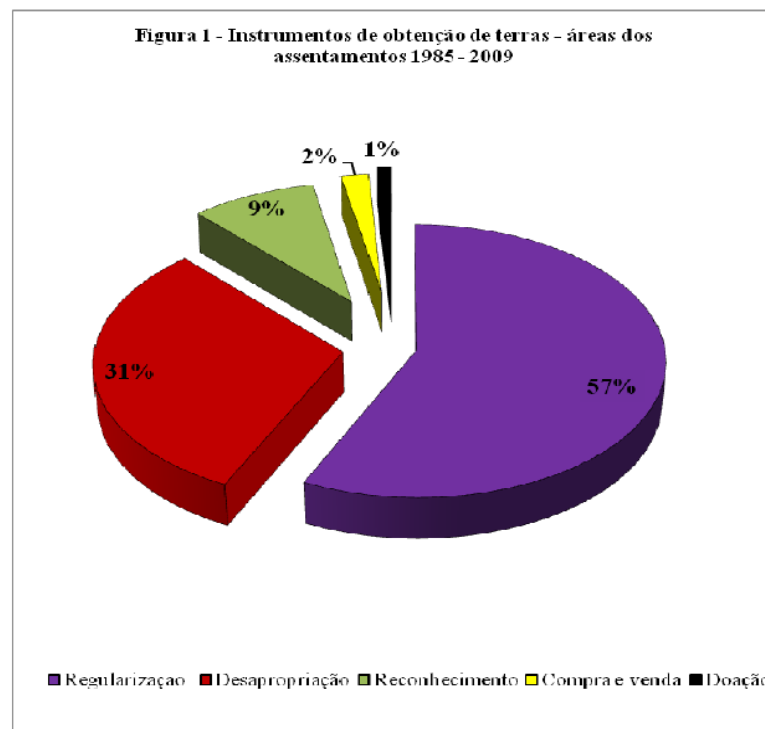
As análises desse autor têm por base a classificação de reforma Agrária feita por Nossa (1970-1973) na qual as reformas agrárias podem ser “estruturais, convencionais e marginais. A primeira constitui-se em um processo de revolução agrária, o segundo tipo diz respeito aquela em que as elites fazem concessões sem permitir uma alteração dos *status quo* e a terceira trata-se de uma contrarreforma agrária”(RAMOS FILHO, 2011, p. 5).

Para esse mesmo autor houve uma substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza. Essas ações governamentais estão alinhadas às políticas internacionais como elementos que auxiliariam no alívio à crise financeira desencadeada em 2008. Para salvar ou diminuir as perdas dos grandes capitalistas os países membros do G20 definiram pacotes de ações que vão desde o alto investimento em instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Organização Mundial do Comércio - OMC e o Banco Mundial - BM, reflete ainda o autor: “a crise financeira mundial agravou a crise mundial dos alimentos, deixando um alarmante número de miseráveis no mundo 1.023.000.000 de seres humanos estavam passando

fome no mundo inteiro de acordo com os dados da FAO em 2010” (RAMOS FILHO, 2011, p. 20).

Das ações para diminuir essa realidade “se limitam à condição de mitigação da pobreza”, reflete Ramos Filho, (2011) não havendo uma reflexão na raiz de sua causa que é o próprio sistema capitalista.

Fernandes (2010) fez uma análise dos instrumentos de arrecadação de terras adotados pelo Estado, nesta análise constatou que a regularização fundiária tem sido a prática do governo, inclusive do governo Lula. Acontece que nessas áreas estão posseiros com dez anos ou mais de fixação e trabalho nas mesmas, que tiveram por parte do governo o reconhecimento e a concessão dos títulos das referidas propriedades. Para Fernandes (2010) no entendimento deste governo a regularização fundiária, o reordenamento agrário, reconhecimento, a doação a compra e venda de terras são sinônimos de reforma agrária.



Fonte: Fernandes, 2010 – Boletim DATALUTA, jul. 2010.

Figura 1 – Instrumentos de obtenção de terras – 1985-2009

As ações dos diversos Movimentos na luta pela terra, no entanto demonstram que não há avanço significativo na Reforma Agrária. Os acampamentos organizados especialmente pelo MST, e a demora ou a inexistência de interesse em desapropriar as terras reivindicadas pelas famílias denunciam que nem o governo FHC e nem o governo de Lula tiveram em sua pauta de prioridades a Reforma Agrária. Somado a isso, a blindagem ao agronegócio por parte do governo já citada em parágrafo anterior, e as estratégias de sufocamento das vozes dos trabalhadores que lutam pela terra, como por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais, como forma de calar aqueles que demonstram na prática a contradição desse modelo de desenvolvimento.

Os dados a seguir organizados pelo DATALUTA no relatório de 2010 mostram a real face da concentração de terras no Brasil. O avanço das grandes propriedades sob o controle de poucos proprietários.

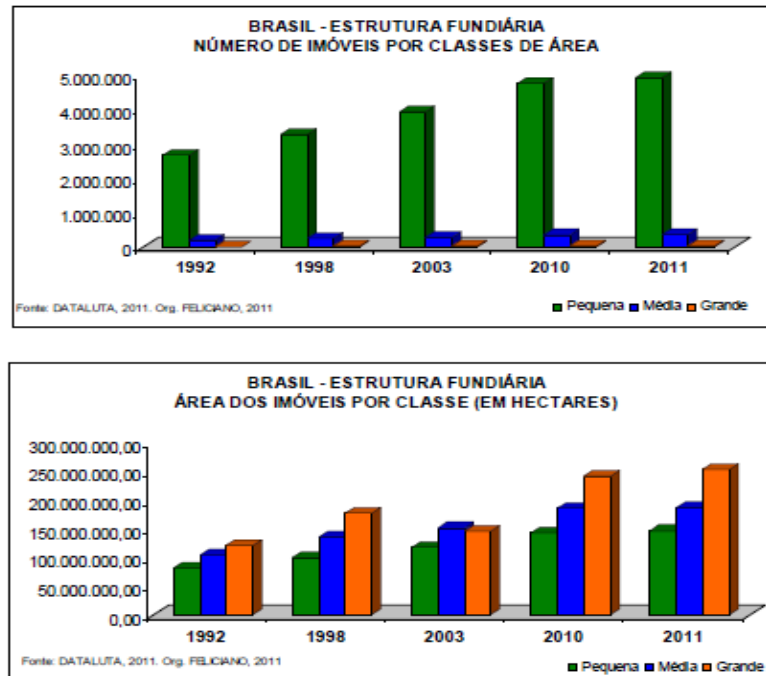


Figura 2 – Estrutura fundiária do Brasil

Nota-se que há crescimento da pequena propriedade, no entanto, contraditoriamente, a grande propriedade também tem um crescimento expressivo.

Diante dessa realidade, podemos compreender as ações dos movimentos sociais contra esse modelo de desenvolvimento que privilegia uma parte restrita da população, beneficiando empresas transnacionais, em detrimento de uma grande massa que vive às margens.

O MST, por exemplo, adotou desde o início a ocupação como forma de luta, no intuito de pressionar o governo e denunciar para a sociedade o grau de desigualdade desse país, adotou a ocupação das terras, dos prédios públicos, bloqueios de estradas, pedágios, etc., essas ações envolve todas as gerações dos integrantes do MST, homens, mulheres, jovens adultos e crianças.

Nos levantamentos organizados nos bancos de dados do DATALUTA, é possível ter uma visão ampla dessas ações. Vejamos os dados que trazem os números das ocupações ocorridas no período de 2000 a 2010:

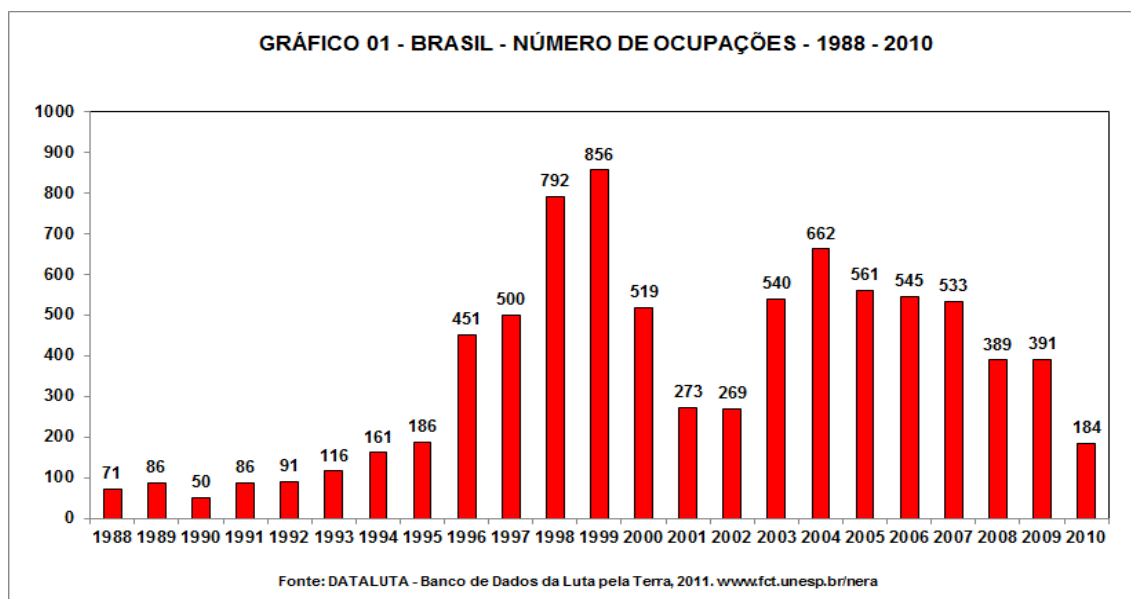


Figura 3- Número de Ocupações 1988-2000

Esses dados presentes no relatório de 2010 revelam que houve diminuição do número de ocupações, coincidentemente, esse é o mesmo período em que assume o governo representantes da esquerda, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores.

Os anos de 1994 a 2002 compreendem o período dos mandatos de Fernando



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Henrique Cardoso, com um significativo crescimento dos números de ocupações, com um declínio nos dois últimos anos de seu governo. Os anos que seguem, dizem respeito aos mandatos do governo Lula, nota-se que há nos anos iniciais desse governo um número considerável de ocupações, reflexo da esperança que se tinha de que Lula cumpriria com a promessa de fazer a Reforma Agrária. Nota-se ainda que de 2005 a 2010, o número de ocupações diminuiu drasticamente, quase se equiparando aos índices de ocupações do início do Movimento Sem Terra. No ano de 2010 ocorreram 184 ocupações, coincidência ou não, esse foi um ano eleitoral, e de acordo com os dados do DATALUTA especialmente no Boletim DATALUTA de outubro de 2010, numa análise realizada por Origuéla (2010, p. 1) “em anos eleitorais a maior mobilização dos movimentos, através de ocupações, por exemplo, coloca em pauta a questão agrária. “Todavia, o que notamos é a diminuição no número de ocupações de terra nos meses que antecedem as eleições”. Utilizando dos dados divulgados pela CPT, essa mesma autora destaca

Dados parciais divulgados pela CPT – Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo em 2010 apontam, também, a diminuição das ocupações. De janeiro a julho foram registradas 131 ocupações em todo o Brasil com a participação de 11.113 famílias. No mesmo período em 2009 foram 200 ocupações com 18478 famílias. Os acampamentos também diminuíram no país, passaram de 22 com 2.626 famílias, entre janeiro e julho de 2009 a 12 com 1088 famílias no mesmo período em 2010. (ORIGUÉLA, 2010, p. 1).

É impressionante como no Brasil os conflitos no campo tem permanecido. Mesmo depois de conquistas do ponto de vista jurídico, apontado por Stedile (2012), que destaca a criação de uma lei que obriga em qualquer processo de despejo a presença do Ministério público, o que não se configura na prática. De acordo com o dirigente do MST “infelizmente os juízes comprometidos como latifúndio, não constituem processos, não ouvem o Ministério Público e autorizam de forma ilegal muitos despejos” (STEDILE, 2012, p. 118). Outra conquista no campo jurídico considerada por Stédile (2012) de maior importância para o MST e para os demais movimentos de luta pela terra foi o fato das ocupações não serem mais julgadas como crime graças a um acórdão feito após a prisão de dois dirigentes do MST José Rainha e sua esposa Diolinda em São Paulo, esse



caso chegou até o Superior Tribunal de Justiça

Mesmo assim, a violência nos despejos continua, os conflitos no campo retratam o retrocesso sobre a questão agrária no país. A redução dos números de ocupações por sua vez não configurou na redução dos conflitos por terra, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (2010), os conflitos continuam. Ramos Filho, (2011) faz uma análise dos conflitos por terra ocorridos nos anos de 1994 a 2010 e fez as seguintes constatações

Verifica-se nestes 17 anos a permanência do conflito no campo brasileiro em todo o período.[...] Os anos compreendidos entre 1994-1998 e 1999-2002 dizem respeito aos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o período 2003-2006 e 2007-2010 aos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Observe que o quantitativo total dos conflitos tem uma tendência ascende ao longo do período, até atingir as maiores marcas históricas de: 1.801 conflitos em 2004 e, 1.881 conflitos em 2005. Depois destes anos verifica-se uma tendência declinante no número total dos conflitos no campo, embora o ano 2010 ainda apresente mais conflitos que o início do período, na década de 1994. (RAMOS FILHO, 2011, p. 28-29)

A ocupação de terra é um dos mais importantes instrumentos de luta do MST, a ocupação “é uma forma de luta contundente [...] é tão evidente que obriga a sociedade a se manifestar” (STEDILE, 2012, p. 115). De fato a ocupação de terras se tornou a essência do MST. Essa redução das ocupações está diretamente ligada à estagnação da Reforma Agrária desde o início do Governo Lula, uma vez que este não priorizou a democratização das terras como havia prometido.

De forma mais ampla, o avanço do agronegócio e o apoio direto do governo para essa política econômica influencia diretamente na conjuntura dos movimentos de luta pela terra. O fato de não priorizar a Reforma Agrária, com poucas desapropriações de terra, com a demora na liberação dos projetos de investimentos, a população se desanima e desiste da luta. Somado a esses fatores, a política assistencialista desenvolvida principalmente no Governo Lula impacta diretamente no processo de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

mobilização do MST e de demais Movimentos.

Os governos petistas, ao contrário do que se esperava, não rompeu com a política econômica dos governos anteriores, pelo contrário, nesse período foi considerado terreno fértil para “passar” as propostas neoliberais apresentadas principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha uma forte rejeição da oposição, esta mesma oposição, agora no poder assumiu a tarefa de executar as referidas propostas.

As reformas ocorridas no Governo Lula, as obras do PAC nos dois mandatos de Lula e sua ampliação no Governo Dilma são provas que as ações do Estado brasileiro estão alinhadas com as exigências internacionais, para “enquadramento” desse país na onda do desenvolvimento a qualquer custo. Da mesma forma, as ações voltadas para saúde, educação desencadeadas nesses períodos não escapam dessa lógica utilitarista. Considerado um país atrasado, o Brasil que tem números alarmantes de analfabetos, índices baixíssimos de rendimento escolar, para atender às metas estabelecidas por organismos internacionais e multilaterais, entra numa corrida desenfreada para se encaixar dentro de tais exigências.

A educação aparece nessa corrida como o carro chefe para livrar o país do atraso, inúmeras ações são definidas de acordo com as orientações estabelecidas não por uma definição interna, de superação da atual realidade. A corrida se dá no intuito de preparar de forma adequada o exército de trabalhadores necessários ao grande capital.

Diante das análises expostas sobre a não materialização da reforma agrária, e dos constantes embates dos movimentos sociais do campo, analisaremos a seguir a especificidade da luta do MST por educação, trazendo a intencionalidade desse movimento para com a educação e os impactos das políticas governamentais alinhadas às exigências do capital em tempos neoliberais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ÚLTIMA DÉCADA: 2002 A 2012

Os últimos dez anos são marcados pelo investimento do Estado em ações voltadas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

para a Educação do Campo. Foram criados nesse período políticas públicas de Educação do Campo. Embora a Educação do Campo tenha entrado na agenda do governo, foram os movimentos sociais os protagonistas da defesa da Educação do Campo. No entanto, como já citamos no capítulo I, as reivindicações em torno da educação do campo foram “aceitas” pelo Estado que vem adotando medidas concretas como a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, resolução CNE/CEB 1.2002. Essa aceitação na verdade está relacionada a adoção por parte do governo brasileiro da política de ações focais, em busca das metas estabelecidas por organismos internacionais para o desenvolvimento do país, metas essas que incluem a universalização do ensino, e que apontam a baixa escolaridade como fator de atraso. A essência desse entendimento está no fato de transferir para a educação uma responsabilidade que não lhe cabe, e ainda, de transformá-la de forma ilusória na “salvação da lavoura”, mascarando questões de fundo dos problemas sociais brasileiros – a concentração da renda, da terra e de todos os recursos naturais.

O MST vem ao longo de quase três décadas de existência realizando ações de enfrentamento contra a propriedade privada da terra e contra as várias formas de exclusão, exploração dos povos do campo. A luta desse Movimento como já frisamos tem a Reforma Agrária como sua principal bandeira de luta. Além dessa luta o MST tem a plena convicção que é preciso romper com a atual forma de organização da vida, que é preciso transformar essa sociedade. Nesse aspecto, somam-se à luta pela terra, as bandeiras pela educação, saúde, moradia, contra os diversos projetos do grande capital no campo e na cidade. Essa luta envolve diversos outros segmentos e movimentos sociais do campo e da cidade, numa tentativa de somar forças.

DALMAGRO, (2011) aponta que embora o MST defenda em seus documentos e espaços de formação a superação do conhecimento fragmentado, na prática, essa é uma realidade não muito presente nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST. A autora destaca cinco períodos que nos ajudarão a compreender e contextualizar melhor a luta do MST por educação. Cronologicamente, as realizações do MST para com a educação são da seguinte forma organizada:



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

[...] de 1979 até aproximadamente 1991, período de constituição do MST, quando a necessidade objetiva de escola se articulava a uma escola sintonizada com a luta, uma “escola diferente”. De 1992 a 1995, com a consolidação e nacionalização do Movimento, consolida-se também uma proposta de educação escolar que tem por foco as escolas de assentamento, “escola do trabalho”, aproximando-se da Pedagogia Socialista. De 1996 a 2000, no auge da luta do MST, passa-se definitivamente da escola primária a diversas ações educacionais, escolares ou não. A concepção gestada e aflorada nesse período é a Pedagogia do MST e a Educação do Campo, as quais embasam as reflexões educacionais até hoje. A partir dos anos 2000 caracteriza-se uma “crise da escola” no MST expressa na pequena produção teórica relacionada à escola de educação fundamental no maior distanciamento do setor de educação desse nível de ensino, e na menor implementação de sua proposta. Esse último período na educação reflete os momentos difíceis da luta pela Reforma Agrária no país e de organicidade interna do MST. (DALMAGRO, 2011, p. 125, in MST, Coleção Fazendo Escola nº 5).

Essa última década se caracteriza pela forte participação do Estado na Educação do Campo, ao mesmo tempo que é a década de estagnação da reforma agrária e das mobilizações reivindicatórias dos movimentos sociais por reforma agrária como podemos observar nos dados sobre as ocupações de terra. A opção dos governos de Lula e de Dilma de não romper com o atual modelo político neoliberal resulta na redução da possibilidade de transformações estruturais na sociedade.

O último mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela criminalização dos Movimentos Sociais, motivo pelo qual houve diminuição das ocupações de terra. Com a eleição de Lula, na esperança de que este faria a Reforma Agrária, o MST, principalmente organizou milhares de famílias em acampamentos. No entanto, a tão esperada reforma agrária não aconteceu. No governo de Lula, a relação com o Movimento foi de “diálogo”, e a marca da “reforma agrária do ex-presidente foram as regularizações fundiárias. Isso aumentou o tempo de espera nos acampamentos e conseqüentemente, o esvaziamento destes acampamentos, enfraquecendo o poder de pressão do movimento contra o governo. Somado a isso, o governo adotou as políticas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

compensatórias, como o Bolsa Família. As famílias contempladas por essas políticas dificilmente retomam os caminhos árduos da luta pela terra, o que tem diminuído ou pelo menos dificultado o poder de mobilização dos movimentos sociais do campo.

CONCLUSÕES

“Fechamos” nossa análise sobre as contradições e sobre os avanços da proposta educativa do MST sinalizando que outras investigações precisam ser lançadas sobre a experiência educacional do MST, especificamente, apontamos a necessidade de aprofundar os estudos sobre: as ações do Setor de Educação do MST; o resultado político das conquistas educacionais no âmbito do Estado; o balanço teórico do ponto de vista da luta de classe da atual Educação do Campo; as mudanças na educação do MST após a sua participação na formação do movimento Por uma Educação do Campo, e do avançado processo de institucionalização da Educação do Campo. A partir daí poderemos identificar melhor quais ações são prioritárias na política educacional do MST, e como as linhas gerais, políticas, filosóficas e pedagógicas dessa educação são definidas. Logicamente, essa reflexão não se dará de forma isolada, sem uma análise da conjuntura nacional e dos rumos da questão agrária brasileira. Muito menos, será possível deslocar essa análise da necessidade de romper com o atual modelo de sociedade vigente.

Nota-se que como citamos em capítulos anteriores, a educação no MST nasce e se desenvolve no seio da luta. Quando a luta avança, há também reflexos disso no avanço da proposta, quando há um refluxo também é visível esse refluxo no trabalho com a educação. Outra análise pertinente a se fazer é sobre o foco do debate da Educação do MST que desde o final da década 90 até a atualidade, gira na maioria das vezes em torno do debate sobre Educação do Campo. Isso não é uma questão negativa, porém, o que hoje se configura como Política de Educação do Campo, presente nas ações do próprio movimento, faz parte, como analisado anteriormente de um pacote advindo das políticas internacionais, que tem a ação focal, localizada, como estratégia de alcançar suas metas.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

É uma situação não só contraditória, mas conflituosa, uma vez que são interesses antagônicos que estão em jogo e em disputa. De um lado um Movimento que tem como horizonte a construção de uma nova sociedade, e de outro, os interesses do Estado burguês, disseminados e internalizados também pela escola. Sobre essas contradições recorreremos mais uma vez as análises de Dalmagro (2011),

As contradições identificadas na experiência escolar do MST devem ser entendidas nesse contexto de hegemonia da escola capitalista e das inúmeras limitações que ela nos coloca ao pensar uma nova escola. O aprofundamento teórico aliado à luta radical do MST são condições imprescindíveis para a superação das limitações com que hoje nos deparamos (DALMAGRO, 2011, p. 59).

Outro risco relacionado à Educação do Campo enquanto política de governo foi apontado por Vendramini (2007), que nos alerta quanto ao risco de perder a dimensão fundamental da educação como estratégia de interiorização de valores contrapostos à lógica individualista, liberal, competitiva. Igualmente, consideramos perigoso para uma organização como o MST, essa relação com o Estado, por meio da administração de projetos, ao mesmo tempo, sabemos quão importante é para essa organização, garantir aos povos acampados e assentados, direitos básicos como acesso à escola, e a forma de conseguir isso em muitos casos é via Estado, além do mais, a dívida do Estado brasileiro para com os povos do campo quanto aos direitos sociais garantidos por lei é histórica e cobrar a efetivação desses direitos é fundamental.

REFERÊNCIAS

- DALMAGRO, Sandra. **A escola no contexto das lutas do MST**. Tese (Doutorado em Educação), Florianópolis, SC: UFSC, 2010
- MST. **Dossiê MST Escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2000
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **a contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI**. Artigo preparado para apresentação no IV Fórum e I Encontro Nacional



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Estado, Capital, Trabalho, mesa redonda: “Movimentos sociais no campo: territórios de conflito”, realizado na Universidade Federal de Sergipe de 29 a 31 de agosto de 2011.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira, (Org.). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

_____. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do Campo. In: **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago, 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17/10/2009.

_____. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do Campo. In: **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.